
Títulos de infraestrutura estão acessíveis, mas exigem cuidado

ESTADÃO conteúdo

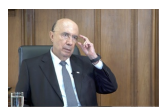
Talita Nascimento, com colaboração de Cynthia Declodt

São Paulo

02/12/2019 07h45

Em 2019, aumentaram as oportunidades para pessoas físicas investirem nas chamadas debêntures incentivadas - papéis de dívidas de empresas de infraestrutura. Do montante emitido até outubro, R\$ 10 bilhões foram oferecidos em ofertas públicas, das quais qualquer investidor pode participar. Em todo o ano de 2018 foram apenas R\$ 2,2 bilhões em papéis ofertados nessa modalidade.

RELACIONADAS



Governo falar sobre AI-5 deixa investidores inseguros, afirma Meirelles



Aposentado que ganha mais de um salário mínimo recebe 2ª parte do 13º



Aposentadoria militar será votada, com salário integral e sem idade mínima

O chamariz desse tipo de investimento é a isenção do Imposto de Renda, um incentivo do governo. A maior oferta de ativos deste segmento vem no momento em que a Selic está no patamar mais baixo da história (hoje em 5%): um incentivo para que as empresas assumam dívidas mais longas.

A mesma taxa de juros move o investidor a procurar por investimentos mais rentáveis, já que a poupança e outros investimentos atrelados à Selic estão menos atrativos. Soma-se ainda o fato de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já não oferecer crédito ao setor de infraestrutura como antes.

Nesse contexto, as pessoas físicas já detêm 35% do total de debêntures incentivadas do mercado. Os dados são da 71ª edição do Boletim Informativo de Debêntures Incentivadas, elaborado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia.

Segundo o coordenador do laboratório de finanças do Insper, Michel Viriato, as empresas que emitem esses títulos têm a vantagem de não dependerem do consumo ou da preferência de clientes para liquidarem seus papéis. "Teoricamente, quando se trata de uma obra de infraestrutura, não há como o cidadão optar por não usar aquele empreendimento. O que garantiria, em tese, mais segurança a essas dívidas em relação a empresas de outros ramos, como as de varejo, que dependem diretamente do consumo", diz. No entanto, surpresas podem ocorrer.

A recente experiência da concessionária Rodovias do Tietê é um exemplo dos riscos desse tipo de operação. O pedido de recuperação judicial da empresa colocou mais de 15 mil pessoas físicas diante de

perdas que, considerando a avaliação feita pela XP Investimentos, podem chegar a 100% do valor investido em mais de R\$ 1 bilhão de títulos emitidos.

Há três meses, a possibilidade de perda de 60% do investimento ficou explícita na marcação de preço da corretora (valor que indica quanto o título valeria se fosse vendido naquele momento). Depois disso, a concessionária propôs diminuir a rentabilidade do papel de 8% para 0,5%, além do IPCA.

O vencimento da dívida, por sua vez, iria de 2028 para 2036, quando também expira a concessão. Os investidores negaram o acordo e exigiram o pagamento dos papéis. Em seguida, no dia 29 de novembro, a empresa entrou em recuperação judicial.

Para o especialista em renda fixa e presidente da Valora Investimentos, Daniel Pegorini, empresas com grau de investimento mais baixo não deveriam nem fazer parte do portfólio do investidor comum. "A pessoa física deveria ter na carteira papéis com um limite de risco, empresas com nota de crédito mais altas. Essas companhias menores, com ratings menos qualificados são mais voltadas a investidores profissionais", diz.

Pegorini afirma que, por meio de fundos de investimentos, os clientes podem acessar essas rentabilidades maiores e com mais risco, mas com os ativos geridos e balanceados por um profissional. "Ainda assim eu não deixaria na mão de apenas um gestor", aconselha.

"Quem investe em debêntures, incentivadas ou não, vai ter problemas. A questão é quando. Logo as aplicações devem ser pulverizadas para que os ganhos superem as perdas", diz Viriato. Para ele, mesmo as empresas com maiores notas de crédito e grau de investimento estão sujeitas a problemas para liquidarem os títulos.

"Houve mais divulgação e oportunidades nessa modalidade, que antes era conhecida apenas por investidores mais qualificados. O segredo é sempre deixar uma quantia pequena em cada título. No máximo 3% do patrimônio com cada emissor", diz. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Veja mais economia de um jeito fácil de entender: [@uoleconomia](#) no Instagram.

Ouçá os podcasts [Mídia e Marketing](#), sobre propaganda e criação, e [UOL Líderes](#), com CEOs de empresas.

Mais [podcasts do UOL](#) no Spotify, Apple Podcasts, Google Podcasts e outras plataformas

0:44

Aposentado que trabalha pode sacar FGTS todo mês?

UOL Notícias